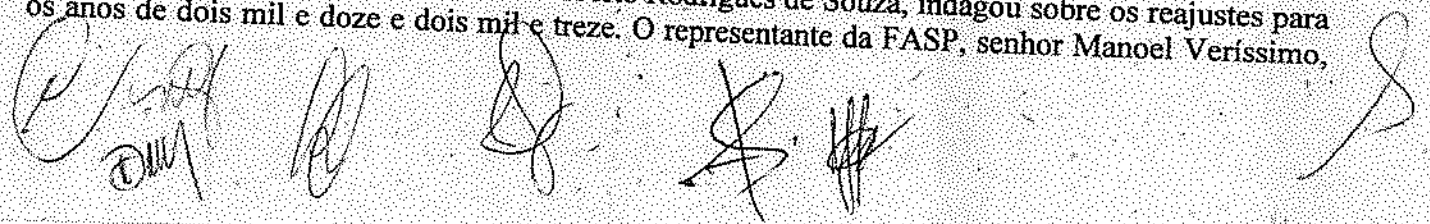


**ATA DA 6ª REUNIÃO DO PROCESSO DE REABERTURA DO SISTEMA DE  
NEGOCIAÇÃO PERMANENTE - SINP**

São Paulo-SP, 29 de abril de 2013.

1 Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e treze, às quatorze horas e trinta minutos, no  
2 auditório do décimo oitavo andar do Edifício Martinelli, localizado na Rua Líbero Badaró, nº 504,  
3 foi realizada a 6ª Reunião do Processo de Reabertura do Sistema de Negociação Permanente,  
4 presidida pelo Assessor Especial do Gabinete da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão,  
5 CHRISTY GANZERT PATO, e contando com a presença da senhora LEDA MARIA PAULANI,  
6 Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão. Fizeram-se presentes à reunião os seguintes  
7 representantes da administração: EDUARDO IGNÁCIO DE FARIA (Secretaria do Governo  
8 Municipal); EURÍPEDES BALSANUFO CARVALHO (Secretaria Municipal da Saúde);  
9 ROSELEI JULIO DUARTE (Secretaria Municipal de Educação); Representantes das entidades  
10 sindicais: ADELSON QUEIROZ, representando o Sindicato dos Profissionais em Educação no  
11 Ensino Municipal de São Paulo - SINPEEM; ANTONIO CARLOS DA CRUZ JÚNIOR,  
12 representando o Sindicato dos Médicos de São Paulo - SIMESP; ARTUR RODRIGUES,  
13 representando o Sindicato dos Motoristas E Servidores do Estado De São Paulo - SIMOSERV;  
14 CÁSSIO VIEIRA DOS SANTOS, representando o Sindicato dos Auditores Fiscais Tributários do  
15 Município de São Paulo - SINDAFSP; CLAUDETE ALVES, representando o Sindicato dos  
16 Trabalhadores nas Unidades de Educação Infantil da Rede Direta e Autárquica do Município de São  
17 Paulo - SEDIN; CLAUDIO FONSECA, representando o Sindicato dos Profissionais em Educação  
18 no Ensino Municipal de São Paulo - SINPEEM; CLÓVIS ROBERTO PEREIRA, representando o  
19 Sindicato dos Guardas Cíveis Metropolitanos de São Paulo - SINDGUARDAS-SP; DENISE  
20 GONÇALVES BORGES, representando o Sindicato dos Odontologistas do Estado de São Paulo -  
21 SOESP; DONATO LUIZ PERILLO, representando a Associação Odontológica da Prefeitura de  
22 São Paulo - AOPSP; EDSON PEREIRA, representando o Sindicato dos Motoristas E Servidores do  
23 Estado De São Paulo - SIMOSERV; ENEÁS JOSÉ ARRUDA CAMPOS, representando a  
24 Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos Municipais - SEAM; FELICIANO  
25 ALMEIDA DINIZ, representando a Associação dos Servidores Municipais de São Paulo -  
26 ASMUSP; HONORINO ALVES DA CRUZ, representando a Associação dos Contadores  
27 Municipais de São Paulo - ACMSP; IRENE BATISTA DE PAULA, representando o Sindicato dos  
28 Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo - SINDSEP;  
29 JOÃO ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA, representando o Sindicato dos Especialistas de  
30 Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo - SINESP; JOSÉ TEIXEIRA SANTOS,  
31 representando o Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município  
32 de São Paulo - SINDSEP; LEANDRO JUSTINO LEITE DE OLIVEIRA, representando o  
33 Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo -  
34 SINDSEP; MANOEL VERÍSSIMO, representando a Federação das Associações Sindicais e  
35 Profissionais de Servidores da Prefeitura do Município de São Paulo - FASP; MARGARIDA  
36 PRADO GENOFRE, representando o Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São  
37 Paulo - APROFEM; MARIA BENEDITA CLARET ALVES, representando o Sindicato dos  
38 Agentes Vistores e Agentes de Apoio Fiscal do Município de São Paulo - SAVIM; MARIA  
39 LÚCIA SILVA, representando a Associação dos Auxiliares de Enfermagem e Servidores da Área  
40 da Saúde Pública e Autarquias Municipais de São Paulo - SINDSAUDE-SP; MARIA ROSÁLIA  
1 TAPAJÓS, representando a Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos Municipais -  
2 SEAM; MARIO ROBERTO FORTUNATO, representando o Sindicato dos Agentes Vistores e  
3 Agentes de Apoio Fiscal do Município de São Paulo - SAVIM; PAULA FRANCINETE COSTA

44 LEITE, representando a Federação dos Trabalhadores na Administração e do Serviço Público  
45 Municipal no Estado de São Paulo – FETAM/SP; RAÍ ARAÚJO, representando o Sindicato dos  
46 Agentes Vistores e Agentes de Apoio Fiscal do Município de São Paulo – SAVIM; ROGÉRIO  
47 GIANINI, representando o Sindicato dos Psicólogos – SINPSI; SERGIO RICARDO  
48 ANTIQUEIRA, representando o Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e  
49 Autarquias no Município de São Paulo – SINDSEP; VLAMIR LIMA, representando o Sindicato  
50 dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo – SINDSEP.  
51 Demais participantes: ANDRÉA CARLA AYDAR MELO GENEROSO, ANTONIO CONEJO,  
52 ARNALDO NOGUEIRA, CARLOS AUGUSTO SOUSA SILVA, DEODATO RODRIGUES  
53 ALVES, EVA TEREZA DE FIGUEIREDO, FELIPE MANFIZINATO, ISABELA DE OLIVEIRA  
54 MENON, IVANIRA ANDRADE DA SILVA, JOELIA AGUIAR, KATIA REGINA BATISTA,  
55 MARIA BENEDIRA ANDRADE, SIGRID BARBOSA DE LIMA, VALDELEY BESERRA DA  
56 SILVA. Iniciada a sessão, passou-se à Ordem do Dia. O presidente esclareceu alguns pontos das  
57 propostas apresentadas nas reuniões passadas, e que estavam suscitando dúvidas nas entidades  
58 sindicais. Explicou que o aumento no vencimento padrão altera não apenas o salário de início da  
59 carreira, mas também de todos os níveis da carreira. Apresentou, em seguida, a quantidade de  
60 servidores beneficiados com as propostas: 39.132 servidores do Plano de Cargos, Carreiras e  
61 Salários (PCCS) de nível básico e médio terão o padrão de vencimentos majorado e 17.012  
62 servidores receberão complementação para alcançar o novo piso, totalizando 56.144 servidores da  
63 administração direta; somando a esse número a quantidade de servidores da administração indireta,  
64 aproximadamente 70.000 servidores e pensionistas serão ao todo beneficiados. Argumentou que as  
65 propostas apresentadas pelas entidades sindicais, na última reunião, são inexecutáveis, dado que,  
66 somadas, resultariam num impacto de R\$ 2 bilhões este ano. O presidente disse, na sequência, que a  
67 gestão anterior não publicou os relatórios quadrimestrais porque o gatilho deveria ter sido disparado  
68 em novembro de dois mil e onze. Como a gestão anterior não pagou esse gatilho, a gestão Haddad  
69 se compromete a pagar esses 0,82% já a partir de maio deste ano, além de repor mês a mês cada um  
70 dos dezoito meses que ficaram negligenciados. Pontuou que o governo irá publicar os relatórios  
71 quadrimestrais desta atual gestão e os da gestão passada. Afirmou, ainda, que qualquer proposta de  
72 aumento em relação ao reajuste linear terá, necessariamente, como contrapartida, a redução do  
73 aumento contido na proposta de reajuste do padrão de vencimentos dos servidores do PCCS de  
74 nível básico e médio. O representante da Secretaria de Educação, senhor Roselei Duarte, informou  
75 que a mesa setorial de educação será instalada a partir do dia trinta de abril de dois mil e treze.  
76 Completou dizendo que nos próximos dias será publicado o decreto que reajusta os salários dos  
77 servidores da Educação. Abriu-se o debate. O representante do SINDSEP, senhor Leandro Justino  
78 de Oliveira, informou que, em reunião do fórum sindical, não foi possível chegar a um consenso em  
79 relação à quantidade de entidades que comporão a mesa central. Diante do impasse, disse que foi  
80 necessária uma votação, na qual se sagrou vencedora, por doze votos a cinco, a tese de que todas as  
81 entidades sindicais devem compor a mesa central. Pontuou que a tese do SINDSEP, vencida, foi de  
82 que apenas quatorze entidades compusessem a mesa, sendo que seus representantes seriam  
83 escolhidos durante o fórum sindical. Indagou, ainda, a respeito das mudanças no vale-alimentação.  
84 A representante da APROFEM, senhora Margarida Prado Genofre, questionou como ficará a  
85 recomposição carreira por carreira. O representante do SINPEEM, senhor Claudio Fonseca, afirmou  
86 que a proposta apresentada pelo governo é tímida, que reforça a política salarial já existente, e que  
87 falta ao governo apresentar a devolução das parcelas referentes aos anos de dois mil e onze, dois mil  
88 e doze e dois mil e treze, na forma de um índice de inflação. Disse também que a data-base serve  
89 para negociar aumento real de salário, além de ser necessário rever a lei salarial do município. O  
90 representante do SINESP, senhor João Alberto Rodrigues de Souza, indagou sobre os reajustes para  
91 os anos de dois mil e doze e dois mil e treze. O representante da FASP, senhor Manoel Veríssimo,





92 afirmou que o governo deve olhar com mais atenção para os servidores de nível superior, já que os  
93 novos pisos propostos geram distorções. Argumentou que um servidor de nível médio em nível  
94 quinze (N-15) na carreira ganhará mais que um servidor de nível superior em início de carreira. A  
95 representante do SAVIM, senhora Maria Claret, questionou sobre as perdas ocorridas entre  
96 novembro de dois mil e doze e março de dois mil e treze. Questionou, ainda, sobre como o governo  
97 chegou aos números percentuais de reajuste: 71% para servidores de nível básico e 42% para  
98 servidores de nível médio. O representante do SINDGUARDAS-SP, senhor Clóvis Roberto Pereira,  
99 indagou sobre como fica a carreira da Guarda Civil Metropolitana, após as propostas apresentadas  
100 pelo governo. O representante do SIMESP, senhor Antonio Carlos da Cruz Júnior, disse ter  
101 interesse em ter acesso aos dados de receita e de folha de pagamento dos funcionários e  
102 terceirizados da Prefeitura Municipal de São Paulo, para os anos de dois mil e dez, dois mil e onze,  
103 dois mil e doze e dois mil e treze. Indagou, ainda, sobre qual o impacto total das atuais propostas do  
104 governo. A representante do SINDSEP, senhora Irene Batista de Paula, afirmou que a proposta do  
105 governo é injusta e que é necessário que seja elaborado, o quanto antes, um calendário para se  
106 discutir um plano de carreiras que inclua os servidores de nível superior. O representante do  
107 SINDSEP, senhor Leandro Justino de Oliveira, informou que o fórum sindical deliberou que as  
108 entidades estão de acordo com a existência de um mediador, mas apenas em caráter consultivo.  
109 Informou, também, que a questão dos servidores municipalizados será discutida a partir de um  
110 seminário a ser realizado pelas entidades, tendo em vista não prejudicar o avanço das negociações  
111 para a instalação do Sistema de Negociação Permanente. A representante do SEDIN, senhora  
112 Claudete Alves, afirmou que não se trata de um fórum das entidades sindicais, mas de todas as  
113 entidades representativas dos servidores municipais. Argumentou que a proposta apresentada pelo  
114 SEDIN, para a composição da mesa central, e que não foi vitoriosa, havia sido: três sindicatos, nove  
115 associações e a FASP. O representante do SINDAF-SP, senhor Cássio Vieira dos Santos, ressaltou  
116 que foram discutidas hoje pela manhã, durante o fórum das entidades, apenas cinco alterações da  
117 minuta do convênio, mas que outras alterações já haviam sido discutidas e aprovadas anteriormente.  
118 Pediu, ainda, a instituição concomitante das mesas setoriais ao SINP. O presidente, em seguida,  
119 esclareceu os pontos levantados. Afirmou que é injusto comparar o salário de um servidor de nível  
120 médio em nível N-15 na carreira com o salário de um servidor de nível superior em início de  
121 carreira, já que o primeiro leva de trinta e um a trinta e dois anos para atingir o nível mencionado.  
122 Concordou que a reestruturação das carreiras exige cronograma e disse que a intenção do governo é  
123 instalar o Sistema de Negociação Permanente em maio e, ainda neste mesmo mês, instalar as mesas  
124 setoriais para dar início às discussões. Disse que, hoje, a maioria das carreiras de nível superior  
125 sofre de uma quase ausência de plano de carreiras e que, por isso, espera que os ajustes sejam  
126 realizados ainda neste ano, para que no ano que vem a prefeitura possa abrir novos concursos e  
127 efetivar as mudanças necessárias. Ressalvou que as negociações nas mesas setoriais são importantes  
128 para mostrar que não há ganho apenas através dos reajustes lineares. Observou, em resposta ao  
129 representante do SINDGUARDAS-SP, que nenhum servidor com carreira equivalente ao nível  
130 básico e ao nível médio receberá menos que os novos pisos propostos. Lembrou, ainda, que, neste  
131 ano, a Guarda Civil Metropolitana já vai receber o prêmio de desempenho e que as propostas já  
132 apresentadas não implicam que o governo não discutirá a reestruturação dessa carreira. O  
133 representante da Secretaria da Saúde, senhor Euripedes Balsanufu Carvalho, argumentou que a  
134 prefeitura hoje conta com problemas sérios de dificuldade de contratação. Mostrou que, como o  
135 salário de um médico na Prefeitura Municipal de São Paulo é muito inferior ao de um médico no  
136 setor privado (pelo menos 20% menor), uma proposta de reajuste linear não consegue prestar  
137 serviço aos munícipes. A representante do SAVIM, senhora Maria Claret, esclareceu que o salário  
138 inicial de um servidor de nível superior é de R\$ 1.600 e que este mesmo servidor leva de trinta e um  
139 a trinta e dois anos para alcançar R\$ 2.300 no final da carreira. A representante da APROFEM,

*[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]*

140 senhora Margarida Prado Genofre, indagou se as propostas do governo nas mesas setoriais serão  
141 estendidas também aos aposentados e pensionistas. O representante do SINPEEM, senhor Claudio  
142 Fonseca, disse que o que existe de novo na proposta do governo é apenas o 0,82%. Indagou se  
143 haverá alguma nova proposta nessa mesa de hoje, já que tem de se ausentar para levar as propostas  
144 apresentadas pelo governo aos servidores representados pelo SINPEEM, que se encontram reunidos  
145 em assembléia, em frente ao prédio principal da Prefeitura. O representante do SINDAF-SP, senhor  
146 Cássio Vieira dos Santos, perguntou qual foi a perda salarial que os aposentados sem direito à  
147 paridade tiveram nos últimos dez anos. O presidente respondeu que os aposentados do PCCS de  
148 níveis básico tiveram um aumento nominal de salário de 2,49%, diante de uma inflação de mais de  
149 46% no período. Dialogando com a representante do SAVIM, afirmou que os reajustes percentuais  
150 elaborados pelo governo decorrem da intenção de elevar o piso municipal em 50% acima do piso  
151 regional. Em resposta ao representante do SINPEEM, disse que quando o governo menciona o  
152 Projeto de Lei 155 está se referindo apenas ao índice de 11,46%, e não ao conteúdo do PL. Em  
153 resposta à representante da APROFEM, reforçou que as carreiras serão reestruturadas levando em  
154 conta os aposentados e pensionistas. Em relação à composição da mesa central, o presidente  
155 afirmou que há desconforto quanto a sentar numa mesa com trinta e oito entidades e que teme pela  
156 inoperância da mesma. Ressaltou que o governo quer englobar todas as entidades no processo, mas  
157 não através da mesa central e sim através das mesas setoriais. Reforçou que o sistema não se  
158 restringe à mesa central, salientando o importante papel das mesas setoriais. Sugeriu que a mesa  
159 central fosse limitada à participação de no máximo quatorze entidades sindicais. Salientou, ainda,  
160 que o Sistema de Negociação Permanente será o único canal de negociação entre o governo e  
161 entidades representantes dos servidores municipais, e que a própria existência do sistema é uma  
162 bandeira histórica do movimento sindical. O professor Arnaldo Nogueira afirmou que um dos  
163 maiores problemas da inoperância das negociações do setor público é a dupla-representação e que é  
164 preciso repensar o corte de representatividade dos servidores nas entidades. Disse, ainda, que é  
165 preciso tornar a mesa central e as mesas setoriais mais efetivas e que, quanto menos representantes,  
166 mais ágil todo o processo. Às dezesseis horas e vinte minutos, deu-se a parada técnica para as  
167 entidades sindicais debaterem as propostas apresentadas pelo governo. Às dezessete horas e cinco  
168 minutos, a reunião foi retomada e as duas bancadas voltaram a se reunir, agora contando com a  
169 presença da Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, senhora Leda Maria  
170 Paulani. O representante do SINDSEP, senhor Leandro Justino de Oliveira, fez o informe do  
171 resultado da discussão entre as entidades. Afirmou que as entidades estão dispostas a assinar o  
172 protocolo, mas que desejam que alguns pontos sejam incluídos e que outros sejam apresentados de  
173 maneira explícita. Elencou os pontos: inclusão dos aposentados e pensionistas nas propostas  
174 discutidas aqui; discussão da lei salarial; início da discussão da reestruturação das carreiras, com  
175 cronograma, a partir de maio, incluindo os servidores de nível superior; inclusão da inflação do ano  
176 de dois mil e treze no parcelamento a ser concedido a partir do ano que vem; reestruturação da  
177 carreira da Guarda Civil Metropolitana; atenção aos servidores admitidos e que estão com salários  
178 defasados; extensão das gratificações a todos os servidores excluídos; informação precisa sobre a  
179 consideração dos tempos dos Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADI's). O representante do  
180 SINPEEM, senhor Adelson Queiroz, afirmou que o Projeto de Lei 48 é uma cópia do Projeto de Lei  
181 310 e pediu que fosse instalada uma negociação sobre o Projeto de Lei 48 o mais rápido possível,  
182 tanto na mesa setorial quanto na mesa central. A representante do SEDIN, senhora Claudete Alves,  
183 disse que os representados pelo SEDIN, dos quais 75% são professores, abriram mão da proposta de  
184 3% de reajuste linear, para apoiarem a proposta de reajuste do padrão de vencimentos dos  
185 servidores de PCCS de nível básico e médio. O representante do SIMESP, senhor Antonio Carlos  
186 da Cruz Júnior, argumentou que o parcelamento do reajuste de 11,46% em cinco anos é inaceitável.  
187 Propôs que seja concedido um reajuste linear de 5% ainda este ano. O representante do





188 SINDGUARDAS, senhor Carlos Augusto Souza Silva, disse que no máximo dois mil guardas serão  
189 contemplados com as propostas apresentadas pelo governo e que os guardas, no fim, como não  
190 serão nem nível básico, nem nível médio, não aceitam essa proposta. O presidente classificou de  
191 lamentável a decisão do SINPEEM, que, mesmo com as duas bancadas ainda reunidas e discutindo  
192 propostas, declarou greve dos servidores municipais da Educação. Na sequência, a palavra foi  
193 passada à secretária Leda Maria Paulani. A secretária disse que vem acompanhando de perto as  
194 negociações com as entidades. Declarou que a proposta de reajuste linear de 5% é inviável, já que  
195 não há como aumentar as despesas de pessoal em R\$ 1 bilhão. Pontuou que o governo não vai  
196 recorrer da liminar dos Auxiliares de Desenvolvimento Infantil e que a mudança no padrão de  
197 vencimento não vai acarretar perda para nenhum servidor que já recebe o vale alimentação.  
198 Acrescentou que os 11,46% serão pagos em três vezes, ao invés de cinco, como havia sido proposto  
199 pelo governo, anteriormente. Classificou, ainda, de inaceitável a decretação de greve, pelo  
200 SINPEEM, em meio a um processo de negociação. Afirmou que as carências da cidade são enormes  
201 e que há um grande esforço, por parte da administração, para supri-las. Completou dizendo que,  
202 diante da situação atual, não há como conceder mais reajustes do que a administração já está  
203 concedendo. Antes de se retirar, declarou que gostaria muito que as entidades assinassem o  
204 convênio e mostrassem à sociedade a importância do Sistema de Negociação Permanente. O  
205 representante do SINPEEM, senhor Adelson Queiroz, argumentou que não é disposição da diretoria  
206 da entidade a declaração de greve. Assinalou que a diretoria majoritária soltou um panfleto dizendo  
207 que não era favorável à posição de greve, mas que essa mesma diretoria aceita as posições tiradas  
208 em assembleia. Afirmou, ainda, que a diretoria minoritária e a oposição foram as responsáveis por  
209 fomentar a greve. O presidente reforçou todas as propostas encampadas pelo governo: 11,46% em  
210 três vezes, a partir de dois mil e quatorze; 0,82% em maio deste ano e o retroativo ainda a ser  
211 estudada a forma de pagamento; vale alimentação vai ser ajustado para que ninguém perca  
212 benefícios; manutenção da proposta já apresentada de revalorização do padrão de vencimento para  
213 os servidores PCCS de níveis básico e médio; elaboração de um cronograma de reestruturação das  
214 carreiras; instalação das mesas setoriais. A representante do SINESP, senhora Maria Benedita  
215 Andrade, disse que todas as propostas de alteração da minuta do convênio elaboradas pelas  
216 entidades serão formatadas amanhã, dia trinta de abril de dois mil e treze, e serão enviadas ao  
217 governo e às entidades. O representante do SINDSEP, senhor Sérgio Ricardo Antiquiera, pediu para  
218 que as propostas referentes à extensão das gratificações para os servidores excluídos e à questão dos  
219 servidores admitidos fossem ao menos citadas no protocolo como compromissos à serem tratados  
220 mais adiante por parte da administração. O presidente afirmou que o protocolo e o Sistema de  
221 Negociação Permanente são duas peças diferentes de um mesmo processo, mas que podem ser  
222 assinadas conjuntamente. O representante da FASP, senhor Manoel Veríssimo, disse que a FASP  
223 irá repensar sua posição a respeito da representatividade e irá fazer uma contraproposta. O  
224 presidente salientou que o governo só aceita uma mesa central com no máximo quatorze entidades.  
225 Encaminhou que ele mesmo enviará a proposta de protocolo às entidades até amanhã, terça-feira,  
226 dia trinta de abril de dois mil e treze, e que as entidades devem enviar ao governo a proposta de  
227 formato do convênio. Foi marcada, ainda, uma nova reunião entre as duas bancadas, na quinta-feira,  
228 dia dois de maio de dois mil e treze, às quatorze horas, no mesmo local desta reunião. Sendo  
229 dezoito horas e quinze minutos e não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião, da qual  
230 eu, Marcel Moraes Felices, Assistente Técnico do Gabinete da Secretaria Municipal de  
231 Planejamento, Orçamento e Gestão da Prefeitura de São Paulo, lavrei a presente Ata que, aprovada,  
232 será devidamente assinada por mim e pelos presentes à reunião de aprovação.

